

Economia

TRABALHO

Desemprego na Capital cai 0,2% em maio

Estimativa é de que o número de pessoas ocupadas na Região Metropolitana no período tenha sido de 1,6 milhão

Adriana Lampert

adriana@jornaldocomercio.com.br

O índice (11,1%) de pessoas desocupadas em maio de 2017 foi 0,2% menor que em abril (11,3%), quando a População Economicamente Ativa (PEA) da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) aumentou em 5 mil pessoas. Em paralelo, foram criadas 8 mil vagas no período, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) divulgada nesta quarta-feira pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), pela Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (Fgtas) e pelo Dieese.

“Esta taxa vem se mantendo relativamente estável desde 2015, quando o índice de desemprego saltou de 7% para 11%”, destaca a coordenadora da PED pela FEE, Iracema Castelo Branco. “Se compararmos com maio de 2016, o número de ocupados na RMPA reduziu em 120 mil pessoas, enquanto a PEA passou a contar com menos 115 mil indivíduos”, completa

a economista. Ela opina que não há perspectivas de que o cenário mude tão cedo, uma vez que as políticas econômicas do governo federal não têm conseguido retomar o crescimento do organismo financeiro do País. “Esta seria a única forma de gerar empregos”, embasa Iracema.

Em todo o Brasil, o número de desempregados chega a 14 milhões, sendo que a RMPA é uma das regiões onde o volume de pessoas a procura de uma posição no mercado de trabalho é menor, em comparação a outros estados. Na Capital e em cidades adjacentes, um dos setores onde mais inflou o número de ocupados desde maio de 2016 é o comércio, com mais 14 mil pessoas no mercado. Ainda assim, a grande maioria (13 mil) é de trabalhadores autônomos, uma vez que o comércio não está empregando com a mesma intensidade, detalha Iracema. “As pessoas não estão exatamente empreendendo. Tudo indica que muitos estejam atuando no comér-

cio informal, tentando sobreviver em um cenário difícil”, observa a economista.

Em maio, o nível ocupacional na RMPA cresceu 0,5%, tendo sido estimado um contingente de 1,6 milhão de ocupados. Entre os setores econômicos analisados, o de serviços foi um dos que mais empregou em maio de 2017 (com 7 mil novas vagas), seguido pela reparação de veículos automotores e motocicletas (mais mil empregados). Já a indústria e o comércio permaneceram sem variações, enquanto a construção civil fechou 6 mil postos de trabalho. “No ano, houve redução de 103 mil pessoas nos serviços, que é o principal setor de atividade econômica, e foram fechados 38 mil postos na indústria”, destaca a coordenadora da PED pela FEE.

Enquanto o número de ocupados e da população economicamente ativa se mantém estável, ora crescendo, ora diminuindo, a renda dos trabalhadores segue em queda, segundo a pesquisa



Comércio inflou ocupação em 12 meses, mas maioria está informal

de maio deste ano. “Entre abril de 2016 e abril de 2017, registraram-se reduções dos rendimentos médios reais para ocupados (-6,8%), assalariados (-2,6%) e trabalhadores autônomos (-7,9%)”, enumera Iracema.

No mesmo período, a massa de rendimentos reais retraiu 11,8% para ocupados e 10,8% para as-

salariados. Em ambos os casos, esse resultado esteve vinculado à queda do rendimento médio real concomitante ao nível de ocupação. Iracema destaca que também a massa de renda que circula na economia segue diminuindo. “Com menos gente ocupada e menos renda, a circulação do dinheiro também retrai.”

Reforma trabalhista deve recuar em alguns pontos

As regras para o contrato do trabalhador autônomo, o trabalho de gestantes em locais insalubres e as indenizações são alguns dos pontos que devem ser alterados pelo Palácio do Planalto na reforma trabalhista, caso o Senado aprove o texto da forma como veio da Câmara, segundo o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

Durante a sessão da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) que discute a proposta do governo Michel Temer, Jucá leu uma carta do presidente destinada ao senadores, na qual ele garante que o Palácio do Planalto fará as alterações que o Senado julgar necessárias. “Quero aqui reafirmar o compromisso de que os pontos tra-

tados como necessários para ajuste e colocados ao líder do governo, senador Romero Jucá, e pela Casa Civil serão assumidos pelo governo”, diz a carta lida por Jucá. Os governistas trabalham para que os senadores aprovem a proposta sem alterações, porque, se a matéria tiver mudanças, terá de passar por nova análise da Câmara dos Deputados.

Em seguida, Jucá leu uma carta assinada por ele e por outros senadores com os pontos acordados para serem alterados pelo Palácio do Planalto, em troca da aprovação sem alterações da proposta que saiu da Câmara dos Deputados. O contrato dos trabalhadores autônomos não poderá prever ne-

nhum tipo de cláusula de exclusividade, sob pena de configuração de vínculo empregatício, segundo Jucá. “Será expressamente vedada o estabelecimento de qualquer cláusula que restrinja a prestação de atividade econômica a somente um empregador”, reforçou.

Em relação às indenizações, Jucá afirmou que “não será adotada a vinculação da indenização exclusivamente ao salário contratual do ofendido”. Ele não informou, contudo, como será feito o cálculo.

“A metodologia será reavaliada, a fim de melhor refletir os princípios da dignidade da pessoa humana, isonomia, razoabilidade e proporcionalidade”, diz o documento.

Para gestantes e lactantes, segundo Jucá, será retomada a vedação para trabalho em local insalubre. O governo vai permitir, contudo, que elas possam trabalhar em locais de grau médio ou mínimo, desde que tenham atestado médico.

O documento recomenda, ainda, que o Executivo estude um modelo de extinção gradual da contribuição sindical obrigatória. Além de Jucá, o texto é assinado pelos senadores Marta Suplicy (PMDB-SP), Edison Lobão (PMDB-MA), Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Ricardo Ferraço (PSDB-ES).

Comissão aprova texto base que adia reoneração da folha de pagamentos

Foi aprovado ontem, no Congresso Nacional, o texto base do relatório que adia para 2018 a reoneração da folha de pagamentos. De autoria do senador Aírton Sandoval (PSDB-SP), o relatório prevê ainda que mais seis setores sejam preservados da reoneração, entre os quais call center, têxtil e calçadista.

Na próxima semana, a comissão votará 15 propostas de mudança no texto apresentadas por parlamentares. A maior parte delas diz respeito à preservação de mais setores da reoneração da folha.

Em março, avistando dificuldades para fechar as contas do ano, o Ministério da Fazenda anunciou que acabaria com o benefício, criado na gestão Dilma Rousseff, e que atende 54 setores. Apenas três foram preservados: transporte público, construção civil e comunicação (inclusive jornais).

Em sua proposta, Sandoval incluiu outros seis setores, agrupados nas atividades de confecções e têxtil, couro e artefatos, tecnologia da informação e comunicação e call center. No texto votado nesta quarta-feira também foi contemplado o setor de defesa.

Após negociação, segundo o senador, o governo aceitou a proposta do relatório. A inclusão dos

seis setores significa uma renúncia estimada em R\$ 3,4 bilhões por ano.

Senadores do Rio Grande do Sul defenderam a inclusão do setor de fabricação de ônibus e caminhões, além do transporte de carga. Estimativas apresentadas por técnicos na comissão indicam que o setor de cargas emprega 5,8 milhões de pessoas, o que deveria ser considerado. Os setores reonerados ameaçam demitir em massa caso percam o benefício.

Após tramitação na comissão, o texto segue para votação no plenário da Câmara e depois no do Senado. A Medida Provisória (MP) que acaba com o benefício vence no próximo dia 12 de agosto e, para não perder validade, tem que ser votada no Congresso antes dessa data.

Uma das saídas aventadas por governistas é deixar que a MP perca a validade, uma vez que as mudanças do Senado desconfiguraram a proposta original da Fazenda. No entanto, um dos obstáculos à estratégia pela desistência da MP é que governo fica impedido de editar nova medida provisória sobre o mesmo tema ainda neste ano. Além disso, isso abriria uma nova discussão entre a Fazenda e os setores beneficiados.



Trabalho de gestantes em local insalubre pode voltar a ser vedado